

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.555.671 - MT (2019/0225688-9)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : JOAO CARLOS TEIXEIRA POSSES
ADVOGADOS : ALEANDRA FRANCISCA DE SOUZA - MT006249
FLAVIANO KLEBER TAQUES FIGUEIREDO E OUTRO(S) - MT007348
AGRAVADO : ELDORADO AGROINDUSTRIAL LTDA - EPP
AGRAVADO : SPERAFICO AGROINDUSTRIAL LTDA
ADVOGADO : SERGIO DONIZETI NUNES - MT002420B
AGRAVADO : ENGEVIX - CONSTRUÇOES LTDA
ADVOGADOS : VERA LÚCIA DIAS CESCO LOPES - SP121853
RENATO MAURÍLIO LOPES E OUTRO(S) - SP145802
AGRAVADO : FAZENDAS REUNIDAS BOI GORDO S/A
ADVOGADO : ROSEMEIRE MITSUE OKAZAKI TAKEZARA - MT007276B
INTERES. : ELVIS ANTONIO KLAUK
INTERES. : GUSTAVO HENRIQUE SAUER DE ARRUDA PINTO

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ROL TAXATIVO DO ART. 1.015 DO CPC/15 FOI MITIGADO NO JULGAMENTO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. DECISÃO AGRAVADA DECLINOU DA COMPETÊNCIA PARA JUÍZO UNIVERSAL DA FALÊNCIA DE DEMANDA QUE PERSEGUE QUANTIA ILÍQUIDA. AGRAVO CONVERTIDO EM RECURSO ESPECIAL PARA MELHOR ANÁLISE DA CONTROVÉRSIA.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de *agravo em recurso especial* interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso especial interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso, ementado nos seguintes termos:

AGRAVO INTERNO - DECISÃO QUE DECLINOU DA COMPETÊNCIA - AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO CONHECIDO - ROL TAXATIVO DO ART.1.015 DO CPC/15 - IMPOSSIBILIDADE DE INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA - DECISÃO MANTIDA - EM CASO DE VOTAÇÃO UNÂNIME PELO COLEGIADO - APLICAÇÃO DA MULTA DO ART. 1.021, §4º, CPC - RECURSO DESPROVIDO. Com o advento do atual Código de Processo Civil, a interposição do recurso de agravo de instrumento restou limitada às hipóteses enumeradas no artigo 1.015 ou em casos expressamente referidos em lei. Em caso de desprovimento ou inadmissão em votação unânime

Superior Tribunal de Justiça

pelo colegiado, deve a parte que interpôs o agravo interno ser condenado ao pagamento de multa fixada em um por cento sobre o valor atualizado da causa (art. 1.021, §4º, do CPC).

Em suas razões de agravo, a parte recorrente sustentou que a decisão de admissibilidade negou-lhe trânsito diante da aplicação do art. 1.030, I,"b", do NCPC.

Opostos embargos de declaração contra decisão que negou seguimento ao agravo, estes vieram de ser acolhidos para dar trânsito ao recurso.

Em suas razões do recurso especial, a parte recorrente sustentou que o acórdão recorrido violou o disposto no artigo 1.015 do NCPC, pois a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça mitigou sua taxatividade. Ainda, apontou violação quanto ao art. 1.021, § 4º do NCPC, quanto a aplicação da multa, pois cabível a interpretação extensiva, de tal sorte que não era manifestamente incabível o seu recurso.

É o relatório.

Decido.

O Tribunal de origem, deixando de conhecer do agravo de instrumento interposto pelo ora recorrente, manteve a decisão do juízo da 6ª vara cível da comarca de Cuiabá/MT, que declinou da competência para o juízo universal da falência da Comarca de São Paulo/SP, na ação ordinária de rescisão de contrato de comodato firmado entre Agrícola Sperafico Ltda. e Engevix Engenharia e Construções Ltda, em que a massa falida figurou como litisconsorte.

Primeiramente, há verossimilhança na insurgência da parte recorrente, pois a ação de rescisão de contrato de comodato demanda quantia ilíquida, não havendo, num primeiro momento, motivo para declinação da competência para o juízo universal.

Art. 6º. A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário.

§ 1º Terá prosseguimento no juízo no qual estiver se processando a ação que demandar quantia ilíquida. (Grifos

Superior Tribunal de Justiça

meus).

De todo modo, o caráter taxativo da norma do art. 1.015 do CPC/2015 foi mitigado por esta Corte Superior, pelo rito dos recursos especiais repetitivos, nos termos da tese abaixo transcrita:

Tema 988/STJ - *O rol do art. 1.015 do CPC é de taxatividade mitigada, por isso admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.*

Portanto, diante da relevância das razões apresentadas no agravo, deve ser determinada a sua autuação como recurso especial.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, II, "d", do Regimento Interno deste STJ, dou provimento ao agravo para determinar a sua autuação como recurso especial.

Após a regularização do novo registro, voltem os autos conclusos para julgamento do recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator